



# REESTRUTURAR A EUROPA

Programa Político  
Europeias 2014

# O programa que se segue representa uma visão global do PAN em relação à União Europeia e não apenas um conjunto de propostas a serem abordadas no âmbito das competências dos eurodeputados e do Parlamento Europeu.

Queremos uma UE que se afirme enquanto espaço geográfico e cultural onde a liberdade, a democracia e o respeito universal por pessoas, animais e natureza tenham prioridade sobre os lucros e os direitos das grandes empresas, pois não acreditamos que seja possível construir um país, uma Europa e um mundo harmoniosos através do aumento das desigualdades, da exploração e do abuso dos seres sencientes, humanos e não humanos, e da natureza.

Infelizmente, nos últimos anos, o caminho trilhado foi o oposto. Vivemos e somos obrigados a compactuar com um modelo sócio-económico disfuncional, que instrumentaliza e escraviza grande parte da população, humana e não humana, orientando-se em função unicamente da riqueza económica e contribuindo para disparidades brutais de ricos cada vez mais ricos e pobres cada vez mais pobres, sob qualquer nível de análise, tudo porque os principais decisores políticos nacionais e europeus consideraram o sistema bancário e financeiro mais importante do que os direitos e a qualidade de vida dos cidadãos que os elegeram - ou que permitiram a sua eleição através da sua abstenção ou do seu voto em branco ou nulo.

Precisamos de voltar a ter esperança num futuro melhor, cientes de que, como dizia o activista social Howard Zinn, ter esperança em tempos de crise não é uma tolice romântica - é saber que a história humana não é só uma história de crueldade, é também uma história de compaixão, de sacrifício, de coragem e de bondade.

O que enfatizarmos nesta história vai determinar as nossas vidas. Se só virmos o pior, a nossa capacidade de fazer algo será destruída. Mas se nos lembrarmos dos inúmeros tempos e lugares em que houve gente que se comportou de forma magnífica, teremos a energia necessária para agir.

E se agirmos, por mais pequeno que seja o nosso acto, não teremos de aguardar por um futuro utópico, pois o futuro é uma sucessão infinita de presentes. E viver agora como acreditamos que os seres humanos devem viver, desafiando tudo o que de mau há à nossa volta, é, em si, uma vitória maravilhosa.

**Dia 25 de Maio**, teremos a oportunidade de afirmar que não queremos voltar a pôr o destino colectivo nas mãos daqueles que nos conduziram à crise actual.

**Dia 25 de Maio**, teremos a oportunidade de, com um pequeno gesto (o voto), mudar de rumo, escolhendo novos rostos e novas formas de fazer política.

**Dia 25 de Maio**, teremos a oportunidade de defender os interesses das pessoas, dos animais e da natureza e votar PAN.

# ÍNDICE

Manifesto da candidatura do PAN às Eleições Europeias de 2014	04
<b>Reestruturar a Europa: Pelas Pessoas</b>	<b>06</b>
Política da Consciência e da Cultura	07
Acabar com a Economia da Dívida	09
Rendimento Básico Incondicional	12
Redução do número de horas de trabalho	13
Felicidade Interna Bruta (FIB) enquanto indicador de desenvolvimento	14
Garantias e liberdades digitais	15
Promoção da paz e do diálogo mundial	16
Reorientar as negociações da TTIP	16
<b>Reestruturar a Europa: Pelos Animais</b>	<b>18</b>
Promover uma maior protecção legal para os animais e para a natureza	19
Eliminar os apoios da PAC destinados à pecuária intensiva	19
Reduzir no imediato o sofrimento dos animais na indústria pecuária	19
Abolir o sistema de produção intensivo e industrial de leite	20
Repensar a relação com o mar e os rios	22
Promover uma alimentação mais saudável e segura e reforçar a informação ao consumidor	22
Substituir a experimentação animal por alternativas	22
Garantir maior protecção aos animais de companhia	23
Banir a utilização de animais para entretenimento	24
Libertar os animais da exploração e da instrumentalização	24
<b>Reestruturar a Europa: Pela Natureza</b>	<b>26</b>
Agricultura e Alimentação	27
Gerir a água enquanto bem público	28
Combater o desperdício e reduzir a produção e os resíduos	29
Política energética	29
A Biodiversidade como base da vida	30
Outras actuações transversais	31

# Manifesto da candidatura do PAN às Eleições Europeias de 2014

O paradigma da civilização hoje globalizada tem a sua origem no mito da separação entre o eu e o outro, convertido no mito da separação entre o ser humano, os demais seres vivos e a natureza como um todo. Esse paradigma é desmentido pela sabedoria tradicional das culturas planetárias e pela ciência contemporânea, que nos mostram a interconexão de todos os seres vivos no grande ecossistema planetário. Porém, converteu-se no irreflectido fundamento do comportamento predominante da humanidade em relação a si mesma, aos outros seres e à Terra.

Da crença na separação entre si e os outros surgem os sentimentos de solidão, medo, insegurança, carência e vulnerabilidade, que por sua vez se traduzem em avidez e hostilidade. Estas são as bases psicológicas, mentais e emocionais, de uma civilização que desde há muito evoluiu no sentido da progressiva separação entre o ser humano e o mundo natural e que, desde há quatro séculos, na Europa e no Ocidente em geral, se deixou iludir pelo projecto de dominar e explorar a natureza e os seres vivos, incluindo os seres humanos. A maioria dos benefícios disto reverteram para as antigas e novas classes dominantes, que se foram tornando mais poderosas, em termos culturais, científico-tecnológicos e político-económicos, pela progressiva apropriação da riqueza comum.

Apesar dos muitos aspectos positivos resultantes da emancipação da razão em relação às cosmovisões tradicionais, as sucessivas revoluções científicas, tecnológicas e industriais, ao desprezarem uma igual revolução ética, acabaram por aumentar crescentemente o poder bélico da humanidade sobre si mesma, os seres vivos e o planeta. A expansão da civilização europeia-ocidental – a chamada “ocidentalização do mundo” – trouxe consigo um novo mito, um novo dogma e um novo obscurantismo, os do “progresso” entendido como um crescimento económico ilimitado sem o qual supostamente ninguém pode ser feliz. Esta é a nova fé e a nova superstição que se implantou, tanto nas consciências religiosas como nas ateias

e agnósticas, colonizando o imaginário e mobilizando toda a energia das populações.

Esta quimera, impossível de realizar num planeta com recursos naturais finitos, gera uma crescente devastação dos recursos naturais, destruição massiva da biodiversidade e da diversidade cultural, poluição, alterações climáticas e industrialização da vida animal e vegetal que, junto com o crescente fosso entre Norte e Sul e pobres e ricos, cria um enorme sofrimento na população humana e animal e a todos ameaça com um colapso ecológico-social sem precedentes. O risco é tanto maior quanto este paradigma civilizacional europeu-ocidental, ao globalizar-se, domina hoje também potências emergentes como a China, a Índia e o Brasil. O objectivo do crescimento económico ilimitado, seja na fracassada versão da economia dita socialista, estatal e planificada, seja na não menos fracassada versão produtivista-consumista que apenas sobrevive à custa da destruição das nossas vidas e do planeta, está a colocar em risco a qualidade e mesmo as possibilidades de vida das gerações presentes e futuras de inúmeros humanos e animais.

Em termos psicológicos e sociais, a civilização dominante, alimentada pelo mito da separação entre o eu e o outro, traduz-se num individualismo, ego-centrismo e narcisismo crescentes que destroem o sentimento de pertença e de comunidade e inibem a experiência da comunhão, do dom e da partilha e as tendências naturalmente altruístas e cooperativas da humanidade, tentando legitimar as doutrinas da eficácia a todo o custo, despida de considerações ético-morais, seja o maquiavelismo político e a *Realpolitik*, seja a doutrina do *homo economicus*, racional, calculista e egoísta na busca ávida de lucro e riqueza. Tudo isto converge no capitalismo financeiro selvagem e especulativo que concentra em muito poucos a riqueza produzida pela maioria e que hoje predomina nas políticas económicas nacionais e mundiais.

Alimentando a expectativa da liberdade, da abundância e da felicidade, o mito civilizacional dominante não gera senão uma nova escravidão – a do trabalho obsessivo em prol de fins maioritariamente nocivos e sem sentido –, uma nova escassez – a do tempo retirado ao convívio e ao desenvolvimento pessoal – e um maior e crescente mal-estar – o de todos nós, que sentimos e vemos que o sistema socio-político e económico-financeiro nos constrange a vi-

veremos aquém das nossas melhores potencialidades, a sacrificar as nossas vidas por aquilo que as não vale, e que as castas político-económicas nos mentiram e nos mentem para nos dominarem e explorarem, tornando-nos cúmplices dessa dominação e exploração que se estende à Terra e aos demais seres vivos.

Para além das suas consequências externas, o novo mito mundial e o sistema dominante são também extremamente nocivos em termos psicológicos, gerando uma população crescentemente infeliz e desprovida de paz interior, ansiosa e stressada, que perdeu a capacidade de apreciar as coisas naturais e simples da vida e de se sentir conectada com o mundo e os seres vivos, vivendo à superfície ou na periferia do próprio ser e tornando-se assim vulnerável a todo o tipo de dependências, desde os prazeres fugazes do consumo de bens e serviços desnecessários até às distrações televisivas, aos estímulos artificiais e a todo o tipo de tóxicos, incluindo os antidepressivos. Tudo isto contribui para a geral indiferença e passividade dos cidadãos, anestesiados pelo sistema para que sejam mais facilmente controlados e manipulados e não questionem nem busquem alternativas à ordem dominante.

Embora este mito, paradigma e sistema civilizacional tenha atingido o seu apogeu nos Estados Unidos da América, teve a sua origem na Europa e tem dominado, dentro de escassos limites, a cultura, a política, as sociedades e as instituições europeias. Há todavia uma outra Europa, com muitos aspectos positivos e alternativos: a Europa profunda, com vários filões de resistência à cultura que se tornou dominante; a Europa das culturas e das regiões, transversal aos Estados nacionais e resistente aos padrões massificados e globalizados; a Europa das tradições comunitárias e respeitadoras do equilíbrio entre os humanos, os animais e a natureza; a Europa da consciência crítica, capaz de reconhecer os defeitos do seu persistente etnocentrismo e complexo de superioridade; a Europa dos direitos humanos universais, movimento que se deve hoje estender ao reconhecimento dos direitos dos animais, da natureza e das gerações futuras de humanos e não-humanos; a Europa dos movimentos cívicos, das associações e das ONGs que buscam suprir e superar os limites das políticas estatais e institucionais e promover uma consciência activamente solidária na esfera das causas humanitária, animal e ecológica; a Europa que, em sintonia com as demais

regiões e continentes da Terra, desperta para a busca de alternativas à crise actual, efectuando a transição para um novo paradigma cultural, educativo e civilizacional, com as devidas consequências sociais, ambientais, económicas e políticas; a Europa de todos os que convergem, por vias diversas e muitas vezes ainda inconscientes disso, para um Mundo Novo.

É a essa Europa que há que dar voz, é essa Europa que há que promover e é por essa Europa que há que lutar, dentro e fora das instituições europeias. É por essa Europa que o PAN concorre às Eleições Europeias de 2014.



## Reestruturar a Europa: Pelas Pessoas

O caminho que a União Europeia trilhou nos últimos anos alargou o fosso entre países e cidadãos pobres e ricos. Em grande medida, isto sucedeu porque, politicamente, se considerou o sistema bancário e financeiro mais importante do que os direitos e a qualidade de vida dos cidadãos. Nesta doutrina do *homo economicus* as pessoas são tidas como ferramentas produtivas descartáveis e os direitos como um entrave ao alucinante crescimento das economias além do que permitem as limitações naturais e físicas do planeta. O resultado desta opção foi o que se sabe: centenas de milhares de pessoas da classe média empobreceram visivelmente, enquanto umas centenas de milionários enriqueceram em proporção.

Os portugueses foram considerados “lixo” pelas agências de rating e este *bullying*, que durante meses foi reproduzido nos meios de comunicação social, contaminou a nossa autoconfiança e relegou-nos para o papel de vítimas passivas das consequências alegadamente incontornáveis do nosso “mau comportamento”. Face ao cenário criado, e não obstante terem existido momentos em que decidimos reagir e encher as ruas opondo-nos à opressão de que estamos a ser alvo, fomos fundamentalmente levados a acreditar que nada mais havia a fazer do que aceitar resignadamente as inqualificáveis medidas de corte da nossa qualidade de vida, impostas por quem contribuiu politicamente para o estado económico deplorável do país enquanto favorecia os interesses egoístas de pequenos grupos.

Porém, e porque o PAN acredita que somos nós os principais propulsores das mudanças que queremos ver no país, na Europa e no mundo, e que para isso



se torna indispensável que criemos formas alternativas de pensamento e de organização política, económica e social, propomos um conjunto de propostas concertadas para inverter o rumo que tomámos e impulsionar a transição para um outro paradigma civilizacional, em que a interdependência de todas as formas de vida seja reconhecida e em que a vida de cada ser seja mais importante do que a acumulação de riqueza de alguns.

## **POLÍTICA DA CONSCIÊNCIA E DA CULTURA**

A situação que vivemos actualmente exige profundas mudanças sociais, económicas e jurídico-políticas que todavia devem fundamentar-se numa transformação mais profunda e essencial, a das mentalidades, para que não sejam meras reformas superficiais que contribuem mais para a reprodução do problema do que para a sua solução. Urge assim uma Política da Consciência, que implica repensar o sentido da Cultura e mudar os hábitos mentais e comportamentais dominantes.

Como se consagra no Manifesto-Movimento pela Cultura lançado pelo PAN nas eleições autárquicas de 2013, a Cultura é mais do que as Letras, as Artes e as Ciências e mais do que as culturas, com a sua língua e a sua história, as suas tradições, usos e costumes. No seu sentido mais profundo, Cultura é o cultivo de todas as qualidades naturais que fazem de cada indivíduo um ser humano mais pleno, realizado, consciente, criativo, solidário, bondoso e feliz. Cultura é o cultivo de tudo o que conduz a superar os limites e obstáculos, externos e internos, à tarefa sempre em aberto de humanizar os humanos na relação com toda a comunidade dos seres vivos, os outros seres humanos, os animais e a natureza. Cultura é a consciência da interconexão e interdependência de todas as formas de vida, lei fundamental da existência, e o empenho no bem comum de todos os seres vivos e da Terra, pois todos aspiram igualmente ao bem-estar e à felicidade e todos dependem do grande ecossistema planetário.

A esta luz, um ser humano culto é mais do que alguém com formação académica, conhecimento erudito ou informação ampla. Ser culto é respeitar o valor intrínseco de todos os seres, manter uma conduta de não-violência e não sobrepor desejos e inte-

resses, pessoais ou colectivos, à natural aspiração à paz, bem-estar e felicidade de toda a população do planeta, humanos e animais. É procurar pensar, falar e agir sempre em função do bem de tudo e de todos, colocar-se no lugar do outro antes de tomar decisões que o vão afectar e não privilegiar ou excluir nenhum ser por motivos de preferências pessoais, estatuto social, orientação sexual, ideologia, nacionalidade, etnia, religião ou espécie.

Assim considerada, a Cultura é um processo simultaneamente pessoal e social do qual depende a real evolução dos grupos, das nações, das culturas e das civilizações. Do grau de evolução cultural depende o grau de realização e o sentimento de bem-estar pessoal e social nos grupos, nas nações, nas culturas e nas civilizações. O verdadeiro progresso dos indivi-



Image Courtesy of Phatoom / Freedigitalphotos.net

duos, dos grupos, das nações, das culturas e das civilizações não se mede pelo crescimento do Produto Interno Bruto, mas pelo aumento do nível médio de Cultura, traduzido em vidas mais conscientes, éticas, saudáveis, sustentáveis e felizes.

Promover a Cultura, ou seja, investir no surgimento de seres humanos mais conscientes e solidários, é um direito e um dever de todos. É também o principal dever e missão das famílias, das sociedades, das instituições pedagógicas, dos governos e do Estado. É da promoção da Cultura que depende o verdadeiro e integral progresso e desenvolvimento das nações, pois sem Cultura o mero progresso económico, tecnológico e “cultural” orienta-se inevitavelmente para fins lesivos das aspirações fundamentais dos seres humanos, da restante comunidade dos seres vivos e da harmonia com a Terra. Sem Cultura, os indivíduos, os grupos, as nações e as civilizações cedem à competição, à violência e à guerra – bélica, económica

ou financeira - de todos contra todos, traduzida na opressão e exploração dos mais vulneráveis, humanos e animais, e na destruição dos recursos naturais, dos ecossistemas e da biodiversidade.

Nesta perspectiva, se queremos mudar o mundo, temos de começar por nós mesmos. É neste sentido que apontam as propostas do PAN no que respeita a uma Política da Consciência e da Cultura, que se deve enraizar na micropolítica da transformação pessoal, sem a qual as mudanças sociais, económicas e jurídico-políticas serão sempre superficiais e instáveis.

Tal passa pela promoção do autoconhecimento, pela desconstrução do mito da separação entre o eu e os outros e pelo desenvolvimento da empatia com todas as formas de vida no sentido de uma ética global. Para isto, a par da informação e da reflexão segundo os modelos tradicionais, é hoje central o aprofundamento e divulgação do conhecimento científico sobre a mente e os benefícios dos métodos e exercícios meditativos ou de atenção plena, apostando na sua prática regular como forma de promover a saúde psicossomática, o desenvolvimento mental, afectivo e cerebral, a expansão do sentimento de conexão com todos os seres e o comportamento altruísta e pró-social.

No mesmo sentido, o PAN quer contribuir para o despertar de uma Europa das comunidades abertas, livres e criativas que sejam fontes vivas do florescimento de valores cívicos, éticos, solidários e de cooperação fraterna das populações dos diferentes Estados-Membros e de todo o planeta, onde se reconheça a unidade com a rede da vida e a interdependência dos seres e dos ecossistemas, se respeite a biodiversidade e o valor intrínseco de todos os seres vivos e do mundo natural.

Para isso mostra-se essencial a criação de vínculos circulares e regenerativos entre humanos, animais e natureza tornando progressivamente as comunidades espelhos dos ecossistemas. Devem ser fortalecidas relações sociais comunitárias de vida liberta baseadas na solidariedade, na cooperação, na troca e na gratuidade propiciadoras de novas formas de expressão espiritual, filosófica, artística, terapêutica, energética, económica e política, com respeito pela multiculturalidade, pluralidade e diversidade.

## Propostas

Há que promover urgentemente nas nações e instituições europeias uma cultura da redução do sentimento de separação entre si e os outros, bem como do desenvolvimento da consciência empática, com os seres humanos, os animais, todas as formas de vida e o mundo natural. Nesse sentido são fundamentais as recentes descobertas das neurociências acerca da inteligência emocional e do decisivo contributo de uma mente mais calma, clara, empática, amorosa e compassiva, promovida pelos métodos meditativos ou de atenção plena, para o sentimento de realização pessoal, a autoconfiança, a felicidade, a alegria de viver, a expansão da consciência e o desenvolvimento cerebral, a saúde psicofisiológica, o sentimento de conexão com os outros, o comportamento pró-social e a eficiência. Há que difundir cada vez mais estas descobertas e promover a prática destes métodos de desenvolvimento mental e emocional, já presentes com grande sucesso em muitas escolas, empresas e hospitais europeus, norte-americanos e de todo o mundo. Trata-se da descoberta pela ciência contemporânea, mediante experiências rigorosas, dos benefícios de práticas milenares conhecidas em muitas das culturas tradicionais e que hoje podem e devem ser efectuadas numa estrita esfera laica. Nesse sentido defendemos:

- 1.** Encontros científicos promovidos por equipas inter-governamentais nas diferentes nações europeias que aprofundem e divulguem em publicações próprias, nos meios de comunicação social, nos estabelecimentos escolares e nas populações as recentes descobertas das neurociências acerca dos benefícios dos métodos meditativos ou de atenção plena, com inclusão de uma componente prática, em que os participantes vivenciem a experiência.
- 2.** A criação de condições, adequadas aos vários níveis de ensino, que viabilizem a formação de professores, alunos, funcionários e famílias nas práticas meditativas ou de atenção plena, bem como partilhar e debater a experiência.
- 3.** A promoção deste tipo de formação nas instituições públicas, estimulando a sua introdução nas instituições privadas. Trata-se de generalizar a toda a sociedade, com o fim do desenvolvimento pessoal e ético, o que já é praticado em muitas instituições,



como escolas, empresas (mais de 25% das grandes empresas nos EUA, por exemplo) e hospitais, com os objectivos mais específicos e parciais de melhorar o rendimento e a produtividade e diminuir a dor.

**4.** Que os candidatos a funções políticas e administrativas nas instituições europeias devem qualificar-se mediante a mesma formação nos métodos de desenvolvimento mental e emocional, que os ajudarão a exercer as suas funções com mais consciência empática do bem comum e com maior eficiência.

**5.** A criação de um programa de formação dos cidadãos europeus numa consciência ética global, que informe e sensibilize para o impacto que o estilo de vida dominante na actual civilização está a ter sobre a vida de humanos e animais e sobre a Terra, dando a conhecer propostas alternativas nos diversos domínios.

**6.** A promoção e apoio à investigação, criação, transição e crescimento sustentado de comunidades transnacionais e transculturais resilientes e menos dependentes, por isso, das conjunturas económicas mundiais, orientadas para o desenvolvimento de paradigmas vivenciais mais éticos, solidários, de cooperação fraterna e sustentáveis que contribuam para a existência de seres humanos mais plenos, realizados, conscientes e felizes.

**7.** A criação a nível europeu de uma Plataforma coordenadora de todos os movimentos e ONGs que, na Europa e em todo o mundo, propõem e desenvolvem alternativas credíveis e sólidas no sentido de um novo paradigma civilizacional, que mostre a convergência dos seus fins específicos e promova o seu mútuo conhecimento e cooperação.

**8.** A necessidade de restaurar na cultura europeia e nas instituições escolares o lugar das humanidades e das artes, bem como da cultura simbólica em geral, para contrabalançar o predomínio das ciências, sobretudo nas suas aplicações técnicas e pragmáticas, de onde resulta um empobrecimento do imaginário, da criatividade e do horizonte da vida humana no mundo.

**9.** A promoção na cultura europeia e nas instituições escolares de um maior conhecimento da pluralidade e diversidade das línguas e culturas planetárias, ao serviço de uma consciência multicultural e universa-

lista, que impeça a regressão ao obscurantismo nacionalista, etnocêntrico, xenófobo e racista.

**10.** O relançar da Europa como um projecto emancipatório e libertador, mas agora livre de etnocentrismo, capaz de aprender com todas as culturas planetárias e de estender aos animais e ao mundo natural, com as devidas adequações, o espírito dos direitos universais reconhecidos aos seres humanos.

## **ACABAR COM A ECONOMIA DA DÍVIDA**

A crise económica internacional apresenta características sistémicas, ainda que com uma anacronia de poucos anos. Enquanto parte de um sistema global complexo são múltiplas as causas, mas há uma que não pode ser escamoteada: a produção fictícia de dinheiro através da criação de dívida. Por este processo se centrar na emissão de dívida por parte dos bancos aos sectores público e privado, alguns economistas apelidam o sistema de "Economia da dívida". Nada seria incomum se a banca emprestasse somente o dinheiro que os seus clientes depositam, tal como a generalidade das pessoas, erradamente, acredita. O problema é que o sistema se afastou do controlo das instituições democráticas, em particular do Estado e dos seus representantes eleitos pelos cidadãos e, em consequência, sempre que a banca empresta dinheiro a uma entidade - colectiva ou particular, pública ou privada - este é electronicamente criado a partir do nada. O banco a quem foi solicitado o empréstimo limita-se a digitar o montante emprestado na conta do seu cliente que previamente assinou um contrato onde se compromete a pagar a dívida acrescida dos juros contratualizados entre as partes. O dinheiro emprestado pelo banco é criado *ad hoc* no momento da contratualização, não existindo antes de o empréstimo ter sido negociado.

É do conhecimento geral que a produção de moeda só pode ser feita pelo Estado, em particular pelos bancos centrais. Se um particular decidir imprimir notas na sua cave, o mais provável é que acabe numa prisão acusado de falsificação de dinheiro. Ao cidadão comum é vedada a emissão de moeda. Então por que o fazem os bancos impunemente como rotina? A resposta a esta questão é simples e não é novidade: porque a maior parte do dinheiro que hoje circula nos circuitos comerciais é dinheiro electrónico. Muito dos pagamentos que efectuamos são feitos recorren-

do a cartões de crédito, de débito e a transferências bancárias, passando o dinheiro de uma conta bancária para outra sem que os intervenientes troquem uma única nota ou moeda física entre si.

Na Economia da Dívida, à banca é permitida a criação de moeda a partir do nada, algo que o Governo e o Banco Central Europeu não podem fazer. Esta situação de produção virtual de moeda é o que mantém uma injeção contínua de dinheiro electrónico na economia e promove o seu crescimento. Porém, como qualquer cidadão certamente compreenderá, não é possível manter uma economia que se sustenta na criação de uma dívida crescente por uma razão muito simples: mais tarde ou mais cedo o montante em dívida será superior aos que os devedores poderão pagar. Nesse momento, os bancos cortarão o acesso ao crédito necessário aos ritmos de crescimento da economia. Com a diminuição do dinheiro artificialmente injectado no mercado, o crescimento económico abranda ou torna-se negativo, inicia-se um processo de deflação (abaixamento generalizado dos preços) e os bens, em particular os imóveis, desvalorizam a ponto de assumirem valores de mercado inferiores aos montantes antes requeridos para a sua aquisição. Outra consequência deste processo é o aumento do desemprego, que fecha o ciclo concentran-



Image Courtesy of dan / FreeDigitalPhotos.net

do a riqueza na banca e nos seus accionistas. Quando as famílias perdem as suas fontes de rendimento, deixam de poder pagar aos bancos as prestações das dívidas que contraíram para, por exemplo, comprar casa. Os bancos leiloam as casas, que são compradas a preços muito inferiores por especuladores imobiliários que as mantêm até que se dê um novo processo inflacionário e as possam vender ganhando milhões através da vampirização das famílias e dos cidadãos.

O antigo dono da casa, não só perde a sua habitação, como fica contratualmente vinculado a pagar ao banco a diferença entre o montante em dívida e o valor que o banco conseguiu no leilão do imóvel.

Por outro lado, o problema da dívida não se coloca só nas famílias e nas empresas. Está presente no Estado. Sem forma de financiar o seu défice através do recurso à produção de moeda física (tal é proibido pelos tratados europeus aos membros da União Europeia), resta o financiamento público através do endividamento. E quando a actividade económica nacional não consegue produzir o suficiente para permitir a geração de receitas estatais para o pagamento dessa dívida, os mercados financeiros cortam também ao Estado o acesso ao crédito, contribuindo para uma espiral recessiva. E todos estamos a sofrer com a chamada “crise da dívida soberana”.

Este processo não é novo e só é possível porque as leis da economia permitem a criação de dinheiro a partir do nada por instituições que não o deveriam produzir. Porém, esta não é uma situação com a qual sejamos obrigados a conviver. As leis económicas não são leis naturais como a Lei de Newton da Gravitação Universal, por exemplo. São leis construídas pelos humanos, actos legislativos que podem ser modificados por novos actos legislativos levados a cabo pelas instituições democraticamente estabelecidas.

A proposta que seguidamente apresentamos visa resolver os problemas que a Economia da Dívida deixou em aberto. Mudar a forma como o dinheiro é produzido, deslocando esse poder dos bancos para o Banco Central Europeu, abre o caminho à resolução de inúmeros problemas sociais, económicos e ambientais. É uma proposta que visa devolver às instituições democráticas o poder efectivo para a criação de dinheiro e, por isso, visa democratizar a economia e o seu financiamento. Esta proposta não é, *per si*, uma solução para os problemas de cada uma das três categorias referidas. Contudo, dado que coloca sob a responsabilidade do Banco Central Europeu a obrigação de produção controlada de dinheiro e nas mãos dos governos eleitos a capacidade de gerirem parte desse dinheiro sem terem de contrair dívida, cria as condições para que a aplicação de medidas sociais, económicas e ambientais não seja boicotada por aqueles que possuem a riqueza e o capital e, consequentemente, o poder da sua aplicação.

Como tal, é preciso reformar o sistema financeiro de forma eficaz e acabar com esta Economia da Dívida. O PAN propõe um plano de transição faseada para um sistema que visa devolver às instituições democráticas o poder efectivo para a criação de dinheiro – que caberia, em exclusivo, ao Banco Central Europeu (BCE) – e, assim, democratizar a economia e o seu financiamento. No sistema proposto, um banco passará a ser um verdadeiro intermediário financeiro, não um criador de dinheiro e dívida, e poderá falir sem grandes implicações macroeconómicas, sem custos para os contribuintes e sem pôr em risco as contas à ordem dos depositantes, que serão garantidas a 100% pelo BCE.

## Propostas

Com vista a reformar o sistema financeiro de forma eficaz, o seguinte conjunto de propostas deverá ser levado a cabo de forma faseada e de acordo com um plano de implementação:

**1.** Remoção das contas à ordem dos balanços dos bancos comerciais e sua conversão em dinheiro emitido pelos Estados da Zona Euro, mantido e gerido pelo Banco Central Europeu (BCE). As contas à ordem deixariam, assim, de ser activos detidos pelos bancos comerciais.

**2.** Transformação das contas de investimento, (como as contas a prazo) em activos ilíquidos não transferíveis.

**3.** Em consequência, ao contrário do sistema actual em que coexistem dois tipos de moeda - reservas criadas pelo banco central e depósitos criados pelos bancos comerciais - após a reforma apenas existirá um valor integrado de dinheiro no BCE que será utilizado de forma idêntica por bancos, empresas e indivíduos.

**4.** Os indivíduos terão duas opções para guardarem o seu dinheiro e as suas economias:

a) Em contas à ordem (idênticas às contas à ordem actuais). Estas contas, apesar de a sua guarda ser entregue aos bancos comerciais, serão propriedade do cliente e os seus fundos serão mantidos no BCE. Serão, então, 100% seguras, independentemente da situação financeira do banco comercial onde foram domiciliadas. Estas contas serão parte integrante do sistema de pagamentos e não serão remuneradas.

No fundo, trata-se de obrigar à manutenção de uma reserva de 100% do dinheiro assim depositado.

b) Em contas de investimento (idênticas às actuais contas a prazo) que serão parte integrante das folhas de balanço do banco comercial. O dinheiro nelas depositado não será garantido pelo Governo, pelo que estas contas terão um risco associado, que deverá ser escolhido e conhecido pelo depositante/investidor.

**5.** Durante o processo de conversão e reforma do sistema financeiro, os depósitos de liquidez imediata dos bancos comerciais serão convertidos em Contas à Ordem e os fundos serão mantidos no BCE e garantidos a 100%.

**6.** A injeção de liquidez na economia pode ser feita, entre outras maneiras, através do financiamento directo do Estado por um ou mais dos seguintes itens:

Redução de taxas e impostos;  
Aumento de gastos;  
Dividendos dos cidadãos;  
Reembolso da dívida nacional.

**7.** Retirando a capacidade aos bancos de criar moeda através de empréstimos, o BCE será a única instituição capaz de alterar o fluxo monetário.

**8.** A decisão de aumentar ou não a massa monetária será tomada por uma entidade independente e transparente, o Comité para a Criação Monetária, tendo em conta os níveis de inflação fixados pelos Estados-Membros.

**9.** Não existe qualquer pretensão de nacionalizar o sistema bancário, mas sim de retirar o privilégio de produção de moeda que passará a ser da exclusiva responsabilidade do BCE tendo, assim, o controle da criação e fluxo de dinheiro.

## OBJECTIVOS A ATINGIR COM A EXECUÇÃO DESTA PROPOSTA

**1.** Impedir que os bancos criem moeda. Os empréstimos bancários não irão contribuir para aumentar a quantidade de dinheiro no sistema económico. O fornecimento de dinheiro à economia deixará de estar unicamente dependente da política de crédito dos bancos. Isto irá limitar:

a) A criação de bolhas de activos causadas pelo aumento não controlado de crédito bancário;

b) A instabilidade financeira causada pelo preço dos activos das bolhas financeiras;

c) A flutuação nos ciclos de negócios causados pela criação de crédito bancário.

**2.** Separar o sistema de pagamentos quotidianos (Contas à Ordem) dos empréstimos e investimentos bancários (Contas de Investimento).

**3.** Tornar os bancos em verdadeiros intermediários financeiros: os bancos serão corretores de dinheiro e não criadores de moeda. Os bancos poderão fazer empréstimos usando dinheiro proveniente de depósitos efectuados pelos seus clientes nas suas contas de investimento. Este tipo de empréstimos não irá contribuir para a criação de nova moeda, mas apenas proceder à transferência de dinheiro existente de uma entidade para outra.

**4.** Alinhar o risco e a recompensa, ao mesmo tempo que democratiza o investimento:

a) Os cidadãos que não pretendam correr riscos com o seu dinheiro poderão mantê-lo em contas à ordem onde estará 100% seguro;

b) Os indivíduos que procurem lucros a partir de investimentos monetários poderão colocar as suas economias em contas de investimento. Receberão juros, mas também correrão alguns riscos;

c) Existirão diferentes Contas de Investimento para diferentes tipos de empréstimos feitos pelos bancos. Isto impedirá que os bancos assumam riscos elevados usando dinheiro de clientes que não pretendem investir em negócios financeiramente arriscados.

d) Os investidores terão uma palavra a dizer quanto ao objecto do seu investimento.

e) Haverá, em consequência, uma diferença significativa entre o dinheiro 100% seguro existente numa conta bancária à ordem e o dinheiro colocado numa conta de investimento que poderá ver alterado o seu valor.

Os danos morais serão, assim, removidos. O subsídio

estatal ao sector bancário será removido.

**5.** Permitir a falência dos bancos:

a) Sem grandes implicações macroeconómicas e sem custos para os contribuintes. A falência de um banco deixará de afectar o fornecimento de dinheiro em larga escala ou o sistema de pagamentos.

b) Proteger os depositantes que optaram por manter o seu dinheiro seguro. Dado que os fundos em contas à ordem nunca serão colocados em risco e não constam da folha de balanços dos bancos, quando uma instituição financeira se torna insolvente a gestão das contas à ordem dos seus clientes pode ser facilmente transferida para outra. Assim, questões de liquidez e solvência afectam apenas o sistema de empréstimos de um banco - as Contas de Investimento, cujos donos serão credores do banco em caso de insolvência.

**6.** Devolver o poder da criação de dinheiro ao Estado:

a) Dinheiro recentemente criado será colocado em circulação através de gastos feitos pelo governo, permitindo que o sector privado pague as suas dívidas sem iniciar uma recessão.

b) A equivalência entre o dinheiro existente na forma de depósitos bancários e dívida privada, deixará de existir.

## **RENDIMENTO BÁSICO INCONDICIONAL**

*O cidadão tornou-se um biodigestor que metaboliza o salário com as mercadorias e as mercadorias com o salário, indo e vindo da fábrica para o hipermercado e do hipermercado para a fábrica - Paolo Cacciari*

O actual sistema económico mantém as pessoas centradas numa cultura de dependência baseada na produção, tendo de depender de empresas, de entidades empregadoras, da finança e dos governos. Os cidadãos deixam, cada vez mais, de ser verdadeiramente livres de exercer as suas capacidades individuais e sociais, submetendo-se à escravidão do trabalho, muitas vezes para mera subsistência. Por outro lado, todo o tempo dedicado ao desenvolvimento pessoal, à família e à sociedade é cada vez menos valorizado, ao ter de ser submetido ao "tempo livre", isto é, aos períodos não ocupados pelo trabalho assalariado.

O direito humano à qualidade de vida foi substituído pelo simples direito ao trabalho, sendo que o primeiro só se pode exercer quando se pode escolher a forma de viver sem estar sujeito ao trabalho a soldo para satisfazer necessidades básicas. Assim, o PAN defende que deveria ser implementada em toda a União Europeia o Rendimento Básico Incondicional (RBI).

O RBI resulta de um pagamento feito pelo Estado a todos os indivíduos como um direito de cidadania, podendo ser de valor diferente conforme a idade e algumas condições específicas, mas excepcionais (saúde, habitação, etc.). O RBI não dependerá de níveis de rendimentos, estados civis ou profissões e substituirá progressivamente todas as prestações sociais actuais e todos os benefícios fiscais existentes. Será um rendimento individual, incondicional e universal.

A introdução gradual deste direito permitirá um maior desenvolvimento pessoal e cultural dos cidadãos, bem como o aumento do trabalho/tempo não remunerado (educação dos filhos, tempo em família, acções de solidariedade, valorização pessoal, trabalho para a comunidade, etc.). Por outro lado, contribuirá para a redução de bolsas de pobreza, para a diminuição do desemprego (será sempre compensador aceitar um emprego, uma vez que tal permite o aumento do rendimento pessoal), para a melhoria das condições de trabalho (um cidadão com RBI tem mais poder negocial para contratualizar um relação de trabalho) e permitirá a redução dos horários de trabalho. Reduzirá também as ineficiências do actual sistema de prestações sociais selectivas, que requer uma enorme estrutura burocrática de avaliação e fiscalização, para além de ser bastante susceptível a fraudes, acabando frequentemente por ajudar quem não precisa e por não conseguir apoiar quem dele devia beneficiar.

## Propostas

1. A adopção e implementação gradual de um Rendimento Básico Incondicional (RBI) em toda a União Europeia.
2. Em cada um dos Estados, o RBI deverá ser universal, individual e incondicional.
3. O financiamento da medida deve ter uma componente europeia, com uma percentagem do orçamento da UE a si dedicado.

4. O valor do RBI deverá ser fixado em cada Estado Membro e terá de garantir uma qualidade de vida básica, incluindo as suas componentes social e cultural, acima do limiar de pobreza.

5. O RBI substituirá todas as prestações sociais e benefícios ineficientes.

6. O RBI não poderá substituir as pensões de reforma.



Image Courtesy of Fedart / FreeDigitalPhotos.net

## REDUÇÃO DO NÚMERO DE HORAS DE TRABALHO

Vivemos um momento da história em que a ideia de bem-estar depende da posse, em que o volume e/ou valor do património parece ser condição para a felicidade, em que o “ter” é visto como o motor dos nossos dias. Trabalhamos mais para ter mais, trabalhamos mais horas, durante mais anos, para termos mais, para supostamente vivermos mais. Este crescimento orientado pelo crescimento, pelo ter, pelo possuir, trouxe-nos à estruturação social que conhecemos, na qual o tempo para o lazer quando existe é escasso, e o dia é passado em contexto de trabalho. Esta forma de organização da sociedade apresentada como a ideal para o crescimento social mostra-se cada vez mais infrutífera ou, pelo menos, não corresponde ao ideal de felicidade que prometeu.

## TEMPO PARA SER SUSTENTÁVEL

A azáfama dos dias obriga-nos a optar por produtos de preparação e consumo rápido, a recorrer a formas de deslocação mais ligeiras e a soluções mais eficazes para o contexto mas menos sustentáveis a médio/longo prazo. Ter mais tempo para viver fora do trabalho permite pensar o consumo de forma mais equilibrada e consciente, sem que este deixe de existir.

## DISTRIBUIÇÃO JUSTA DE OPORTUNIDADES

A equação simples de menor número de horas de trabalho por mais postos de trabalho poderá ser uma das formas de equilíbrio na distribuição de recursos e bens. Reduzir o número de horas de trabalho por dia possibilita o aumento dos postos de trabalho e poderá ajudar a abrir as portas do mercado de trabalho a cidadãos cujo perfil profissional os coloca em desvantagem, como jovens licenciados, indivíduos com baixas qualificações e desempregados com idade considerada desvantajosa para a contratação.

## TEMPO PARA SER

A busca de sucesso profissional adiou o início da formação de família em cerca de uma década e reduziu abruptamente a natalidade, criando, como se tem verificado, problemas de sustentabilidade financeira das reformas para as gerações actuais e futuras.

Uma das grandes dificuldades que as famílias enfrentam hoje em dia é a do tempo: tempo para estar, tempo para educar, tempo para ser pai e para ser mãe, tempo para ser filho e ser avô. E este tempo é crucial para saber crescer e, conseqüentemente, para vir a ser um cidadão mais feliz, consciente de si, dos outros e do papel de todos na sociedade.

## ECONOMIA SUSTENTÁVEL E BENÉFICA

A redução do tempo de trabalho terá de acontecer em paralelo com a adaptação da economia às necessidades da sociedade e do ambiente, ou seja, no processo inverso ao do último século. Efectivamente, a redução do número de horas de trabalho protege a economia pelo facto de a retirar da dependência do crescimento, que é potencialmente finito.

A distribuição mais equilibrada do tempo passado em trabalho traz benefícios ao mercado pelo facto de possibilitar a um maior número de pessoas a opção de aquisição de bens e/ou serviços. Os benefícios reflectem-se também no trabalho propriamente dito, já que os trabalhadores vivem vidas mais equilibradas em termos de esforço temporal e mental, e têm uma predisposição e concentração maiores.

A redução do tempo de trabalho permite mudar o perfil das nossas vidas, redesenha os nossos hábitos

e ritmos, contribui para uma maior justiça social e para o bem-estar dos cidadãos, equilibra o uso dos recursos naturais do planeta, e permite construir uma economia mais próspera.

## FELICIDADE INTERNA BRUTA (FIB) ENQUANTO INDICADOR DE DESENVOLVIMENTO

O crescimento económico, baseado no Produto Interno Bruto (PIB) ou no Rendimento Nacional (RN) tem sido, frequentemente, o único barómetro utilizado pelos responsáveis políticos – com eco na comunicação social – para medir o estado de saúde de um país. São indicadores que se debruçam quase exclusivamente sobre critérios de crescimento económico, de criação de riqueza ou relacionados com a produtividade, ou seja, centrados exclusivamente no homem e totalmente alheios tanto ao meio em que ele se insere, como ao bem-estar geral das populações.

O indicador FIB (Felicidade Interna Bruta) é uma concepção introduzida no Butão nos anos setenta por Jigme Wangchuck e implica uma abordagem holística ao conceito de desenvolvimento e progresso. Assim, além dos aspectos económicos do bem-estar, dá-se relevância a critérios não económicos.

Construído com base na metodologia Alkire-Foster, o índice FIB é calculado com base em 33 indicadores inseridos em 9 domínios, considerados de igual peso na construção da felicidade humana:

## BEM-ESTAR PSICOLÓGICO

Avalia o grau de satisfação de cada pessoa relativamente à sua vida, analisando-se a auto-estima, a auto-realização em termos de competência, o stress, as actividades espirituais, bem como sentimentos de



Image Courtesy of Paul Gooddy / Freedigitalphotos.net

egoísmo, inveja, calma, compaixão, generosidade e frustração.

## SAÚDE

Mede a eficácia das políticas de saúde, utilizando critérios como a auto-avaliação da saúde, os níveis de invalidez, os comportamentos de risco, a qualidade do sono, a nutrição, as práticas de amamentação ou condições de higiene. O sistema de saúde é avaliado a partir do ponto de vista da satisfação do utilizador, incluindo na sua avaliação a simpatia dos prestadores de cuidados, a competência, o tempo de espera, o custo e o nível de acesso.

## EDUCAÇÃO

Avalia as taxas de alfabetização, o acesso ao ensino, a eficácia da educação em prol do bem-estar colectivo, a participação na educação informal, o envolvimento dos pais na educação dos filhos ou a educação ambiental.

## UTILIZAÇÃO DO TEMPO

Procura aferir o equilíbrio entre tempo profissional, familiar, pessoal e social.

## DIVERSIDADE E RESILIÊNCIA CULTURAIS

Avalia as tradições e festivais locais, os valores fundamentais, a participação em eventos, as oportunidades de desenvolver capacidades artísticas e os níveis de discriminação religiosa, racial ou de género.

## BOA GOVERNAÇÃO

Mede a forma como a população vê o governo, a comunicação social, o sistema de justiça, a segurança pública e o sistema eleitoral. Avalia ainda a cidadania e o envolvimento dos cidadãos nas decisões e processos políticos.

## VITALIDADE COMUNITÁRIA

Avalia os relacionamentos e interações comunitárias, examinando o nível de confiança, a sensação de pertença, a vitalidade dos relacionamentos afectivos, a sensação de segurança e a prática de voluntariado.

## DIVERSIDADE E RESILIÊNCIA ECOLÓGICAS

Procura medir a qualidade da água, do ar e do solo e a biodiversidade. Nesse sentido, utilizam-se indicadores como o estado dos recursos naturais, as pressões sobre os ecossistemas, o acesso a áreas verdes ou a adequação dos sistemas de recolha de lixo.

## NÍVEL DE VIDA

Analisa o rendimento *per capita*, a qualidade dos bens e serviços disponíveis, o nível de rendimento familiar, a segurança financeira, o endividamento e a assistência recebida de familiares e amigos.

## Propostas

1. O PAN defende a adopção pelos Estados-Membros do índice Felicidade Interna Bruta (FIB) para medição do nível de bem-estar das populações, em simultâneo com a fixação de metas e previsões anuais para o cumprimento dos seus parâmetros, tal como acontece actualmente com os indicadores tradicionais.

## GARANTIAS E LIBERDADES DIGITAIS

A Internet é hoje parte integral da vida da esmagadora maioria dos cidadãos, com um papel vital na própria democracia moderna, ao permitir o livre debate de ideias e facilitar a organização dos cidadãos em movimentos políticos.

O desenvolvimento da Internet trouxe grandes benefícios, mas também graves problemas relacionados com a falta de privacidade e o acesso indiscriminado, e muitas vezes ilegal, a informação sobre os cidadãos que deveria ser privada.

Empresas e governos recolhem uma grande quantidade de informação sobre qualquer pessoa que utilize a internet, muitas vezes sem o seu conhecimento. Existe por parte das pessoas a expectativa de que esta informação seja privada e não seja fornecida a terceiros. Mas, devido à natureza global da internet, é difícil garantir a privacidade desta informação e controlar a utilização que lhe é dada.

Apesar de a Internet permitir o acesso a uma enorme quantidade de informação, parte desse potencial continua limitado, com o fim de criar uma escassez

artificial que serve interesses económicos e protege modelos de negócio desactualizados. Um caso especialmente grave é o da investigação científica, onde ainda é necessário pagar para aceder a muito conhecimento gerado graças a fundos públicos.

A internet cresceu como uma plataforma livre e deve continuar a sê-lo. Muitos governos, especialmente ditaduras, tentam limitar a utilização que os seus cidadãos fazem da internet. Frequentemente, isto é feito sob a desculpa de impedir a divulgação de conteúdos ilegais na rede, como a pornografia infantil. Também as empresas de telecomunicações limitam a utilização que os seus clientes podem fazer da internet, discriminando entre diferentes tipos de tráfego com o objectivo de limitar a utilização de produtos concorrentes às suas ofertas e aumentar os seus lucros.

## Propostas

1. Dar aos cidadãos o direito de exigir que os seus dados pessoais sejam eliminados por qualquer empresa com a qual não mantenham uma relação de cliente.
2. Tornar obrigatória a possibilidade de livre acesso online a todos os conteúdos produzidos com apoios públicos, incluindo resultados de investigação científica e produtos culturais.
3. Legalizar a partilha de materiais com direitos de autor para fins não-comerciais.

## PROMOÇÃO DA PAZ E DO DIÁLOGO MUNDIAL

A UE deve alicerçar-se como um projecto de paz e deve canalizar recursos humanos, técnicos e financeiros para a desconstrução dos negócios do medo e da guerra. A segurança nacional, europeia e mundial não advirá de vermos inimigos nas nossas fronteiras mas de ajudarmos outras nações a proporcionarem qualidade de vida aos seus cidadãos.

## Propostas

Tendo por pano de fundo um reforço das instituições democráticas da União Europeia, e com o objetivo de promover e manter a paz, o PAN propõe:

1. Uma aproximação geopolítica aos países do Sul,

deixando aberta a porta para o diálogo com todas as culturas irmãs de paz e regeneração social, económica e ecológica.

2. Que Portugal, em virtude das relações privilegiadas que mantém com os países lusófonos, se assuma como intermediário no estabelecimento de relações culturais mais estreitas entre estes países e a UE.

3. Uma redução radical das despesas militares dos países da União Europeia e a criação de forças armadas únicas europeias, com fim último e único de defesa contra ataques externos e de intervenção em missões de paz.

## REORIENTAR AS NEGOCIAÇÕES DA TTIP

Em preparação há décadas, a Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP) tem-se construído como um acordo comercial entre a UE e os EUA cujo objectivo é suprimir barreiras em inúmeros sectores económicos, com vista à expansão do modelo socioeconómico dominante. Este modelo, em vigor nas principais economias mundiais, assenta no consumo cíclico e no crescimento “infinito”, os quais são incompatíveis com o facto de vivermos num planeta com recursos finitos. Além disso, a lógica de redução de custos e maximização de lucros que domina o modelo vigente tem feito a sua progressão à custa das componentes sociais, essenciais para a paz pública, e ambientais, fundamentais para a sobrevivência de seres humanos e animais.

Ultrapassada que está a 3.ª ronda de negociações transnacionais, e embora o acordo não esteja tão avançado como a Parceria Trans-Pacífico (TPP) - um acordo entre os EUA e vários países do Pacífico -, começamos a perceber que ele representará uma abertura dos mercados europeus aos interesses económicos e ideológicos dos EUA, deixando os direitos cívicos e as soberanias dos países europeus à mercê de complexas teias burocráticas e jurídicas.

Se é certo que um estudo “independente”, conduzido pelo Centre for Economic Policy Research, promete crescimento económico e aumento do emprego entre os dois blocos comerciais, também é verdade que há fortes conflitos de interesse da entidade que o elaborou - a qual é supervisionada por dirigentes bancários - nas temáticas analisadas.



Como tal, são fundados os receios de que, através da TTIP, aumente no espaço europeu o número de produtos geneticamente modificados, que haja maiores obstáculos à liberdade de expressão e à neutralidade na Internet, que se reforce a propriedade intelectual corporativa e aumente a desregulamentação ambiental e laboral, sendo ainda aberta a porta à privatização da água e do sector energético.

Ao longo de anos, a UE construiu aqueles que são, provavelmente, os mais avançados padrões sociais, comerciais, éticos e ecológicos do mundo. Por isso, não podemos ficar impávidos enquanto estes são desprezados e tacitamente revogados em negociações secretas orientadas por tendências corporativas, ao invés de servirem o interesse público, tal como o bem-estar de todos os ecossistemas e seres que os habitam.

## **Propostas**

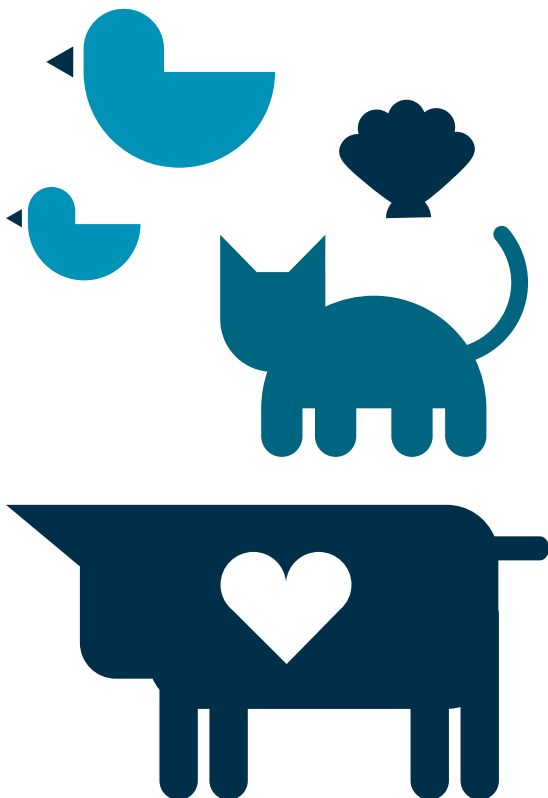
De modo a contrariar a actual tendência de secretismo nas negociações do TTIP o PAN defende:

- 1.** A suspensão das actuais negociações do TTIP e abrir um intenso debate sobre o tema a nível europeu.
- 2.** Uma abertura das negociações a todos os organismos interessados em acrescentar ao processo mais mecanismos de controlo e fiscalização que permitam direccionar o acordo para um alinhamento contractual justo e equitativo e não coloquem em causa os direitos inalienáveis dos cidadãos europeus, os seus modelos sociais, os padrões ecológicos comunitários e o bem-estar de todos os seres não humanos do continente.
- 3.** Bloquear a expansão de actividades degenerativas para a saúde pública e para o ambiente, como a exploração de gás de xisto (fracking) nas plataformas terrestres e marítimas.

## Reestruturar a Europa: Pelos Animais

A afirmação dos direitos dos animais é um dos grandes desafios civilizacionais da espécie humana no século XXI. Da Europa, que em diversos momentos históricos esteve na vanguarda da promoção e defesa da liberdade e da fraternidade entre todos os povos, espera-se agora que assuma novamente esse papel, trilhando o caminho de uma nova consciência ética, que recusa a exploração e morte de seres sencientes em nome do lucro, prazer ou mera conveniência humana.

No artigo 13º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE) está escrito que “na definição e aplicação das políticas da União Europeia em domínios como a agricultura, a pesca, os transportes, o mercado interno ou a investigação e desenvolvimento tecnológico, a União e os Estados-Membros terão plenamente em conta as exigências em matéria de bem-estar dos animais, enquanto seres sensíveis”. Este reconhecimento, consagrado no referido tratado como um dos Princípios que o orientam, reflecte a noção de que os animais não são coisas, mas seres dotados da capacidade de sentir dor e prazer, o que implica que a forma como os seres humanos se relacionam com eles esteja necessariamente sujeita a consideração ética. Essa consideração tem sido demonstrada através do desenvolvimento e aplicação de alguma legislação dedicada à protecção dos animais e ao controlo da exploração e crueldade a que estão sujeitos, mas é preciso ir mais longe. É preciso caminhar no sentido da eliminação, e não do mero ajuste, da exploração dos animais. E é preciso que esse caminho deixe de contemplar, como agora acontece, excepções para ritos religiosos e tradições culturais, que actualmente são usados como pretexto para algumas das mais repugnantes crueldades de que são vítimas os animais na União Europeia e no Mundo.



Porque todos os seres sencientes têm o direito ao bem-estar e à felicidade, o PAN propõe a consagração de um estatuto jurídico do animal a nível comunitário e a adopção de diversas medidas para a sua protecção efectiva em todos os Estados-Membros.

## **PROMOVER UMA MAIOR PROTECÇÃO LEGAL PARA OS ANIMAIS E PARA A NATUREZA**

Enquanto os animais forem legalmente vistos como “mercadorias” ou “coisas”, serão facilmente alvo da exploração e da crueldade humanas.



Image Courtesy of Carlos Porto / FreeDigitalPhotos.net

### **Propostas**

1. O PAN propõe a criação de uma Convenção Europeia dos Direitos dos Animais e do Ambiente e de um Tribunal Europeu dos Direitos dos Animais e do Ambiente, cuja missão será proteger esses direitos e permitir um controlo judiciário do respeito desses direitos.

Com a criação destes instrumentos, qualquer crime contra os animais e contra a natureza não punidos pelas instâncias judiciais dos Estados abrangidos pela Convenção poderão ser alvo de recurso para uma instância superior especializada, regida por uma carta e um conjunto de princípios próprios.

A referida convenção deverá contemplar todas as áreas em que o ser humano se relacione com os animais, incluindo, mas não limitado, a experimentação científica, animais no entretenimento, alimentação e vestuário, animais de companhia e animais de trabalho.

## **ELIMINAR OS APOIOS DA PAC DESTINADOS À PECUÁRIA INTENSIVA**

A pecuária intensiva, seja para produção de carne ou outros produtos de origem animal, como o leite e os ovos, é uma actividade cruel. Confinados a espaços exíguos onde mal se conseguem movimentar, sujeitos a práticas atrozes como o corte do bico das galinhas ou a castração sem anestesia dos leitões, separados das suas crias, maltratados e violentados, os milhões de animais associados à pecuária intensiva não conhecem senão sofrimento ao longo de toda a sua curta vida.

Além do óbvio e intenso sofrimento causado aos animais, esta actividade tem ainda graves consequências ambientais, como a desflorestação, o consumo excessivo de água, a emissão de gases de efeito estufa e a poluição resultante dos dejectos dos animais. Os produtos animais causam mais danos do que a produção de materiais de construção, como a areia e o cimento, os plásticos e os metais. A biomassa e as plantações de alimentos destinados ao consumo animal causam tantos danos como o uso de combustíveis fósseis, como afirma o relatório do programa ambiental da ONU de 2010. É, por isso, incompreensível que uma fatia considerável dos apoios da Política Agrícola Comum (PAC) sejam destinados ao financiamento desta indústria atentatória da dignidade da condição animal e ambientalmente danosa.

### **Propostas**

1. Em vez de apoiar a pecuária, e em particular a pecuária intensiva, a PAC deverá canalizar os fundos comunitários para a produção de alimentos de origem vegetal, biológica, biodinâmica e extensiva, inequivocamente muito mais eficiente e menos poluente do que a pecuária, e que não coloca em causa o direito à vida e ao bem-estar de seres sencientes.

## **REDUZIR NO IMEDIATO O SOFRIMENTO DOS ANIMAIS NA INDÚSTRIA PECUÁRIA**

Além de direccionar os apoios da PAC para formas de produção de alimentos de origem vegetal éticas e ambientalmente mais correctas, é urgente garantir a aprovação de medidas legislativas no sentido de uma diminuição urgente do sofrimento dos animais associados à pecuária caminhando no sentido

de uma alimentação sem produtos que impliquem sofrimento animal.

## Propostas

**1.** A diminuição urgente do sofrimento animal com a proibição da mutilação de animais sem anestesia, a limitação da duração do transporte de animais vivos para 2 horas (no actual contexto, o transporte pode estender-se ao longo de vários dias) e condições de abate o menos dolorosas possível, com atordoamento obrigatório e sem excepções por motivos religiosos, de tradição ou quaisquer outros.

**2.** O PAN defende a proibição da produção, importação e comercialização de *foie gras*. A indústria de *foie gras* é uma das mais cruéis no que diz respeito à exploração de animais, sendo baseada na alimentação forçada de patos e gansos com vista à obtenção de fígados gordos destes animais, o que os submete a um sofrimento atroz. Na União Europeia, o *foie gras* é apenas produzido em cinco Estados-Membros (França, Bulgária, Espanha, Hungria e Bélgica) e consumido por uma pequena franja da população.



Image Courtesy of Khamanapix / FreeDigitalPhotos.net

**3.** É igualmente fundamental garantir que as preocupações com o sofrimento animal sejam incluídas nos tratados comerciais que a União Europeia estabeleça com terceiros, para que os consumidores europeus tenham garantias de que os produtos de origem animal cumprem os mesmos critérios em relação ao tratamento dos animais, independentemente do local de produção.

**4.** Na sequência da recente discussão europeia sobre o assunto da clonagem de animais para fins alimen-

tares, o PAN reforça a sua oposição à clonagem de quaisquer animais, incluindo para fins alimentares. Propõe adicionalmente a proibição da importação de animais clonados e seus descendentes, defendendo que, enquanto vigorem acordos que não permitam esta proibição, seja obrigatória a rotulagem clara destes produtos.

## ABOLIR O SISTEMA DE PRODUÇÃO INTENSIVO E INDUSTRIAL DE LEITE

Existem mais de 250 milhões de vacas utilizadas na produção de leite em todo o mundo, incluindo cerca de 24 milhões na UE-27 e cerca de 1,85 milhões no Reino Unido. Os países desenvolvidos usam normalmente vacas de raças leiteiras especializadas. Ao longo dos últimos 50 anos o sector da pecuária ligado à produção leiteira tornou-se mais intenso para aumentar a quantidade de leite produzida por cada vaca. A raça Holstein-Friesian, o tipo de vaca leiteira dominante na Europa, no Reino Unido e nos EUA, foi criada para produzir rendimentos elevados de leite. Cerca de 28 litros por dia é a média durante um período de 10 meses por ano, havendo registos de casos no pico do período de lactância de 60 litros por dia. A produção de leite por vaca mais do que duplicou nos últimos 40 anos. E isto quando a produção normal leite de uma vaca para alimentar as suas crias é de 3 ou 4 litros por dia.

Há uma grande variedade de sistemas de produção de leite na UE, que vão desde simples unidades de produção no exterior com abrigos rudimentares até complexos sistemas em que as vacas se encontram alojadas permanentemente. O alojamento das vacas leiteiras é normalmente efectuado em cubículos ou currais de palha, embora o aprisionamento (amarração) seja ainda permitido e comum em alguns países. Em muitas unidades de produção leiteira, as vacas pouco ou nada acedem a pastagens, e encontram-se encerradas por longos períodos ou mesmo durante todo o ano. Isto é conhecido como *zero grazing* (pastoreio nulo), e é cada vez mais utilizado para obter grande produtividade com menos custos.

Hoje em dia, as vacas leiteiras são criadas especificamente para a produção de grandes quantidades de leite, sendo obrigadas a dar à luz a um bezerro por ano para continuar a produzir leite. Elas são ciclicamente inseminadas artificialmente três meses após

dar à luz, sendo a gestação de aproximadamente 9 meses. Estas vacas de alta produção láctea só são produtivas uma média de 3-4 anos, após o que são abatidas, sendo a carne normalmente comercializada para consumo alimentar. Com uma vida natural e saudável, uma vaca vive cerca de 20 a 25 anos ou mais. As vacas leiteiras de alto rendimento duram apenas 3 a 5 anos, e são normalmente abatidas após três lactações, porque se tornam cronicamente coxas, inférteis ou têm patologias diversas, como a mastite, anomalia que chega a afectar 70% dos rebanhos.

Outra consequência da industrialização do sector dos lácteos, resultado da constante inseminação e gestação das vacas, é o nascimento elevado de vitelos macho que têm um limitado valor de mercado como raça de carne, tendo muitas vezes como resultado o seu abate logo após o nascimento ou a sua criação para carne de vitela. Na maioria dos países da Europa, isto ocorre em sistemas intensivos e com recursos a fórmulas alimentares artificiais. Muitas vezes, estes animais sofrem com a falta de ingestão suficiente de colostro, o que os torna incapazes de combater doenças e infecções de forma adequada. As fêmeas recém-nascidas são em grande parte mantidas e criadas como vacas de reposição.

Não existe nenhuma directiva comunitária específica que estabeleça as condições mínimas para a protecção das vacas leiteiras. As condições mínimas para a protecção dos vitelos de leite (assim considerados até aos 6 meses de idade) estão estabelecidos na Directiva 2008/119/CE do Conselho.

## Propostas

O PAN defende que se implementem medidas urgentes em todo o espaço da UE que mitiguem significativamente o sofrimento das vacas leiteiras e dos vitelos, que são dos animais mais explorados e que mais padecem na indústria pecuária intensiva:

**1.** Alterar a Directiva 2008/119/CE do Conselho, reduzindo o tempo máximo de confinamento após o nascimento, abolir os compartimentos individuais estabelecendo áreas adequadas para grupos de vitelos, aumentar o tempo de alimentação com colostro após o nascimento ou aumentar o número de refeições por dia.



Image Courtesy of Detanur / FreeDigitalPhotos.net

**2.** Desenvolver sistemas que monitorizem e estabeleçam medidas e metas para a melhoria das condições patológicas, tais como a incidência de claudicação, mastite ou perda de condição corporal, entre outras.

**3.** Reavaliar e legislar os critérios que satisfazem as exigências de bem-estar das vacas leiteiras e dos vitelos do ponto de vista patológico, zootécnico, psicológico e comportamental.

**4.** Defender a abolição do sistema de produção intensivo e industrial de leite.

**5.** Defender o sistema de produção em modo biológico, previsto no Regulamento 889/2008 da Comissão, que estabelece normas relativas à produção e controlo neste regime (entre outras condições, a produção de leite desta forma garante que as vacas leiteiras tenham acesso a pastagem ou forragens secas, a áreas interiores e exteriores mínimas que promovem um maior bem-estar animal e um menor impacto ambiental e proíbe o confinamento de bezerros a partir de uma semana de vida).

**6.** Desenvolver um sistema que estabeleça medidas e metas de redução das emissões de gases de efeito de estufa (GEE) resultantes da indústria dos lacticínios, a qual contribui com pelo menos 4% da totalidade das emissões mundiais globais e promover programas de informação e sensibilização da população para os perigos que o consumo de lacticínios representa para a saúde humana, uma vez que a promoção do consumo de leite é um dos maiores mitos criados pela indústria do marketing ao serviço do poderoso sector leiteiro.

## REPENSAR A RELAÇÃO COM O MAR E OS RIOS

Os peixes e outros animais aquáticos são seres sencientes, capazes de sentir dor e prazer, pelo que, de acordo com o artigo 13º do TFUE, as políticas da União Europeia relativas à pesca deverão ter em consideração estas características. Com uma das maiores Zonas Económicas Exclusivas da União Europeia, Portugal tem uma especial responsabilidade no que diz respeito à preservação dos ecossistemas marinhos.

### Propostas

1. Repensar a nossa relação com os animais aquáticos, com o mar e com os rios, e, nesse sentido, recusar a pesca industrial, devido ao seu impacto no sofrimento animal e na destruição da vida marinha (impactos do arrasto e morte de animais que são devolvidos) e o recurso às chamadas *fish farms*, altamente poluentes e que impedem os animais de levarem uma vida saudável no seu habitat natural.

2. Paralelamente, consideramos que urge relançar um plano europeu de preservação da biodiversidade, respeitando os indivíduos e as espécies marinhas. Este plano passa por ações massivas de sensibilização e responsabilização das comunidades, bem como pela aplicação de coimas elevadas no caso de infracção e violação destes ecossistemas.



Image Courtesy of thinkphotoop / FreeDigitalPhotos.net

## PROMOVER UMA ALIMENTAÇÃO MAIS SAUDÁVEL E SEGURA E REFORÇAR A INFORMAÇÃO AO CONSUMIDOR

Cada vez mais estudos científicos na área da nutrição concluem que uma alimentação baseada em produ-

tos de origem vegetal é particularmente saudável e segura, e recomendam a redução ou eliminação do consumo de produtos de origem animal.

O relatório do programa ambiental da Organização das Nações Unidas (2010) apela à urgência de uma mudança global para uma dieta vegana, justificando-o com o imperativo moral de salvarmos o mundo da fome e minimizarmos os impactos das mudanças climáticas e da escassez de combustíveis.

### Propostas

1. A União Europeia deve criar incentivos à produção sustentável e biológica de cereais, legumes, leguminosas e frutas e promover a adopção de hábitos alimentares mais saudáveis e seguros em todos os Estados-Membros.

2. Todos os alimentos processados devem ser rotulados no sentido de indicarem a origem dos seus ingredientes (não contém qualquer ingrediente de origem animal, contém ingredientes animais, contém ingredientes derivados de animais), à semelhança do que se faz na indústria do calçado.

3. É também fundamental que os rótulos e embalagens de produtos alimentares passem a apresentar mais informação sobre os métodos de produção, a pegada ecológica e outros factores que possam ajudar os cidadãos a direccionar o seu consumo para produtos que considerem estar em linha com as suas preocupações éticas e de saúde.

4. Paralelamente, deve ser disponibilizada a todos os cidadãos, de forma clara e facilmente acessível, informação correcta e completa sobre os benefícios de uma dieta baseada em produtos de origem vegetal e os riscos associados ao consumo excessivo de carne.

## SUBSTITUIR A EXPERIMENTAÇÃO ANIMAL POR ALTERNATIVAS

A experimentação em animais de produtos cosméticos finais está proibida na União Europeia desde 2004. Recentemente, a 11 de Março de 2013, foi igualmente proibida a comercialização de produtos cosméticos que contenham ingredientes testados em animais para este fim, o que constituiu um passo importante na direcção certa - a da progressiva elimi-

nação dos testes em animais. No entanto, há ainda um longo caminho a percorrer. Segundo dados da Coligação Europeia para Acabar com a Experimentação Animal (ECEAE), 12 milhões de animais são usados anualmente nos laboratórios europeus – são 137 animais testados de forma cruel a cada 10 minutos.

## Propostas

1. O PAN defende que a Comissão Europeia acate a proposta dos mais de um milhão e trezentos mil cidadãos da UE que assinaram a Iniciativa Legislativa de Cidadãos Stop Vivisection, pedindo a revogação da Directiva 2010/63/EU que, entre outras coisas, permite a experimentação em cães e gatos errantes, lista a exanguinação e a decapitação como formas aceitáveis de matar os animais e não exige a substituição da experimentação animal por outros métodos, mesmo que estes existam.



Image Courtesy of stamirpaxids / FreeDigitalPhotos.net

A referida directiva deve ser substituída por um documento que estabeleça limites claros à utilização de animais em laboratório e coloque a União no caminho da eliminação total das experiências com animais.

Existem alternativas mais fiáveis, mais rápidas, mais baratas e menos cruéis à maioria dos testes realizados com animais, situações em que se exige a transição imediata para modelos alternativos.

2. Propomos também o fim da utilização de animais para experimentação em estabelecimentos de ensino, o encerramento progressivo dos biotérios existentes e proibição da construção de novos biotérios na União Europeia e a eliminação do financiamento comunitário a projectos que impliquem experimen-

tação em animais, canalizando esses fundos para o desenvolvimento de alternativas e promoção da política dos 3R – replacement (substituição), reduction (redução), refinement (refinamento).

## GARANTIR MAIOR PROTECÇÃO AOS ANIMAIS DE COMPANHIA

Na União Europeia existem mais de 100 milhões de animais de companhia. O contínuo aumento do número destes animais, associado à necessidade de uniformização da protecção legal que lhes é conferida nos vários Estados-Membros e ao crescente interesse e preocupação da população humana com o seu bem-estar, conduz à inevitabilidade da inclusão deste tema no debate europeu.

## Propostas

1. Apesar de actualmente a União Europeia não dispor de competência legal nesta área, o PAN defende que deve ser criada uma política europeia comum relativa aos animais de companhia, que implemente medidas que visem a melhoria das condições de vida destes animais em todos os Estados-Membros. Estas medidas passam pela criação de um sistema de identificação e registo de animais de companhia a nível europeu, pela implementação de uma política que proíba os abates e promova a esterilização de animais abandonados (diversos Estados-Membros debatem-se com graves problemas de sobrepopulação de cães e gatos abandonados), pela definição das regras a cumprir pelos abrigos, centro de recolha oficiais e centros de bem-estar animal, e pela proibição da criação, importação e comercialização de animais de companhia para fins económicos.

2. A esterilização deve ser promovida como único meio ético de controlo das populações de animais errantes na UE e os centros de recolha oficiais devem ser transformados em centros de bem-estar animal, baseando a sua actividade na recolha temporária, recuperação e encaminhamento para adopção dos animais, para além da facultação de serviços de vacinação, esterilização e outros a preço simbólico para cidadãos carenciados.

3. Adicionalmente, o PAN propõe a definição de uma lista positiva de espécies animais que, pelas suas ca-

racterísticas e necessidades, possam ser mantidos como animais de companhia.

## **BANIR A UTILIZAÇÃO DE ANIMAIS PARA ENTRETENIMENTO**

O PAN recusa a utilização dos animais em circos porque o espectáculo para prazer e diversão não deve ser conseguido à custa do sofrimento forçado de seres sencientes. Aquilo que defendemos não é a extinção do circo, um espectáculo de grande beleza, potenciador da superação humana, que muito contribui para a riqueza e diversidade culturais da Europa e do mundo, mas apenas o fim da utilização de animais, que são treinados com práticas cruéis e vivem em condições causadoras de sofrimento (basta pensar que são seres sencientes a viver em espaços exíguos, longe do seu habitat natural, e cujos comportamentos indicam perturbações psicológicas graves). Muitos dos espectadores do circo são crianças, que, não tendo noção do verdadeiro comportamento dos animais, interiorizam uma visão destes como instrumentos do Homem, ou seja, uma visão antropocêntrica do mundo.

### **Propostas**

**1.** O Países como a Alemanha, a Áustria, a Bolívia, a Costa Rica, a Croácia, a Finlândia, a Índia, o Reino Unido, Singapura, a Suécia ou a Suíça, proibiram ou restringiram em grande medida a utilização de animais em espectáculos de circo, por considerarem que as condições em que os animais vivem e actuam são prejudiciais ao seu bem-estar físico e emocional. A União Europeia deve seguir nesse mesmo sentido e impedir a utilização de animais em eventos circenses.

**2.** O PAN defende a abolição da tauromaquia. Recentemente, a Organização das Nações Unidas instou Portugal a produzir legislação que proteja as crianças da tauromaquia (impedir a sua presença nos eventos e proibir as escolas de toureio), naquilo que é mais uma evidência da crueldade desta prática. Concordamos que é necessário proteger as crianças da exposição à violência gratuita da tauromaquia e prevenir que a sua educação inclua a banalização da violência e maus-tratos a animais, contudo é necessário ir à raiz do problema, proibindo a tauromaquia em toda a União Europeia. Enquanto isso não acontece,

é urgente a implementação de políticas fiscalizadas para assegurar que os fundos comunitários para a agricultura, pecuária e desenvolvimento regional não continuem a ser utilizados para financiar (in)directamente actividades de tortura a animais, nomeadamente a touros e a cavalos.

**3.** A caça e pesca desportivas e quaisquer outras formas de entretenimento baseadas no sofrimento e/ou morte de animais devem ser proibidas em toda a União Europeia.

## **LIBERTAR OS ANIMAIS DA EXPLORAÇÃO E DA INSTRUMENTALIZAÇÃO**

A nossa visão antropocêntrica do mundo leva a que vejamos os animais como objectos disponíveis para nossa utilização, mesmo que isso implique o seu sofrimento ou morte e apesar de vivermos numa era em que o desenvolvimento tecnológico torna essa utilização dos animais totalmente desnecessária à nossa sobrevivência e mesmo ao nosso conforto. O PAN defende que é necessário libertarmos-nos desta anacrónica postura antropocêntrica e libertarmos os animais dessa desnecessária e cruel exploração.

A União Europeia deverá ter um papel fundamental a cumprir nessa evolução, impulsionando, através de legislação, alocação de fundos comunitários e informação aos cidadãos, a transição para uma Europa mais ética e fraterna para com todos os seres sencientes.

### **Propostas**

**1.** Assim, consideramos que é necessário reforçar a proteção dos animais de trabalho, no sentido de evitar o seu abandono e proibir práticas de exploração cruéis, potenciadoras de sofrimento dos animais, onde estes são encarados como meros instrumentos e vassallos do Homem.

**2.** No que diz respeito aos animais selvagens actualmente em cativeiro (maioritariamente utilizados nos cerca de 3500 jardins zoológicos existentes na União Europeia), devem ser asseguradas as suas necessidades biológicas e garantidas as condições para que disponham de uma qualidade de vida o mais próxima possível da que teriam no seu habitat natural. O PAN defende igualmente a alteração da legislação vigente no sentido de proibir a captura de animais selvagens com o objec-

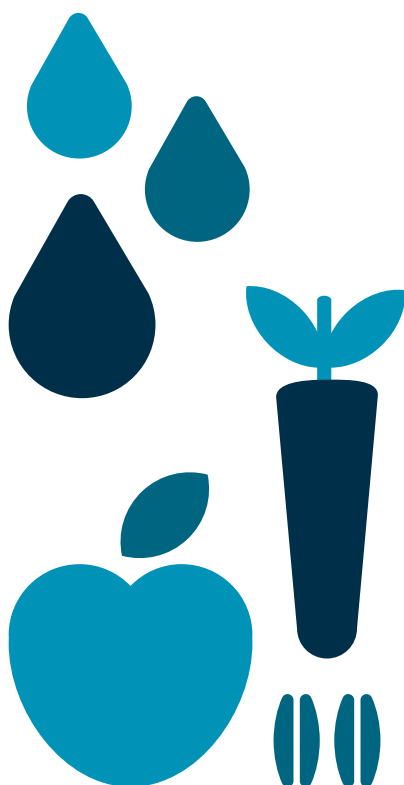


tivo de os manter em cativeiro, bem como proibir a reprodução dos que se encontram actualmente em parques e jardins zoológicos. Deve ser iniciado um caminho que tenha como objectivo o encerramento, a médio/longo prazo, de todos os jardins zoológicos da União Europeia, passando a existir apenas parques naturais que constituam verdadeiros santuários onde possam viver animais selvagens que já não tenham capacidade para sobreviver no seu habitat natural.

**3.** Sendo conhecida a prática da zoofilia, ou bestialismo, em alguns Estados-Membros, e tratando-se de uma prática bárbara, que em nada dignifica o ser humano, o PAN propõe a proibição da zoofilia na União Europeia.

**4.** Deve ser também proibida em todos os Estados-Membros a criação de animais para utilização da sua pele e penas na indústria têxtil, bem como a importação de materiais e produtos têxteis de origem animal. Em sua substituição, devem ser criados incentivos à produção, investigação e desenvolvimento de têxteis de origem vegetal, nomeadamente o cânhamo e o linho, e sintética.

**5.** Em resumo, em todas as actividades humanas que impliquem interacções com animais, devemos ter em conta a sua condição de seres sencientes, já reconhecida como princípio basilar do Direito da União Europeia e que implica o compromisso ético de rejeitar a sua exploração. É nesta incontornável conclusão que o PAN assenta todas as suas propostas. Por uma outra Europa... pelos Animais.



## Reestruturar a Europa: Pela Natureza

As questões ambientais não possuem fronteiras, pelo que as medidas políticas a adoptar neste campo devem ser capazes de abranger o planeta de forma tão generalizada quanto possível. A dimensão e a capacidade de influência das decisões tomadas a nível europeu fazem da União Europeia um palco por excelência para as políticas ambientais, que devem considerar o território europeu e a correspondente influência em todo o planeta. É fundamental e urgente reduzir o impacto dos problemas ambientais europeus proporcionando melhores condições de vida a todos os seres e, ao mesmo tempo, permitindo criar um melhor suporte para o desenvolvimento das actividades humanas.

Das propostas do PAN fazem parte questões essenciais para a autonomia e segurança a nível alimentar e energético e para a sustentabilidade dos ecossistemas. Sementes tradicionais livres de patentes, combate à proliferação de organismos geneticamente modificados (OGM) e incremento da agricultura biológica e promotora da biodiversidade são algumas das nossas propostas para aumentar a qualidade da alimentação e permitir uma melhor saúde e bem-estar das populações.

Pretendemos também iniciar a nível europeu um programa abrangente de combate ao desperdício energético, de água e de outros recursos naturais, através de uma promoção mais activa da política dos 4R – Reduzir o consumo, Reutilizar e Restaurar os bens e Reciclar materiais. Esta maior eficiência do uso

de recursos deve estar ligada a novos modelos económicos ambientalmente mais sustentáveis como a economia da dádiva ou a economia de troca.

Dada a acção pouco sensata do Homem nos últimos dois séculos no que toca ao uso de energias fósseis e seus efeitos no clima, é essencial definir objetivos ambiciosos e vinculantes para o curto e médio prazo (2020 e 2030), capazes de proporcionar simultaneamente a manutenção de condições de bem-estar generalizado para as populações e uma redução significativa da dependência de energias fósseis e de outros recursos naturais.

E a juntar a todas estas propostas não podemos deixar de salientar a importância da implementação de medidas eficazes de consciencialização, educação e de acção de todos os cidadãos europeus para que, em conjunto, possamos caminhar no sentido de promover um maior respeito pela integridade do planeta. Pois que nada mais somos que seres que, tal como todos os outros, vivemos em contacto com todos os ecossistemas do planeta e deles necessitamos para continuarmos a nossa caminhada.

## AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO

A política agrícola e florestal está relacionada com a qualidade de vida de todos os cidadãos bem como com a manutenção dos ecossistemas que são o garante para a vida de todas as espécies. É dever da Europa assumir a PAC não apenas como uma questão económica mas principalmente como elemento interligado com a saúde e com o ambiente natural para todo o território europeu, entendendo a relação desta com a população e o ambiente dos demais países do planeta.



Image Courtesy of Guillebert07 / FreeDigitalPhotos.net

## SEMENTES LIVRES

As sementes são um legado natural que, ao longo dos séculos, a espécie humana foi apurando de acordo com as necessidades alimentares e as técnicas de cultivo. Como tal, não é ético alguém, ou alguma entidade, reclamar uma patente sobre organismos vivos, pressupondo um direito de propriedade e uma intendência sobre outra espécie, ignorando deste modo o seu valor intrínseco e promovendo um utilitarismo económico desfavorável à Humanidade.

Temos assistido a um rumo da agricultura europeia, onde os modos de produção intensivos se sobrepõem cada vez mais à agricultura tradicional e de pequena escala, onde as variedades agrícolas e as próprias sementes, a base da vida, estão a ser retiradas da esfera comum e a ser entregues a multinacionais do agro-negócio. Metade do mercado mundial das sementes comerciais e a quase totalidade do mercado das sementes transgénicas é controlado por um oligopólio de dez empresas gigantes da agro-química.

O PAN defende a proibição do registo de patentes sobre as sementes, pois tal conduz a uma inaceitável industrialização das bases para a produção alimentar, bem como ao desenvolvimento de monopólios que gerem algo que é essencial à sobrevivência de todos.

### Propostas

1. A proibição imediata do registo de patentes sobre quaisquer organismos vivos, nomeadamente as sementes.
2. O direito dos agricultores e horticultores à livre reprodução, guarda, troca e venda das suas sementes.
3. A valorização e registo das sementes regionais enquanto património de cada país europeu, e possibilidade do seu uso de forma livre pelos agricultores mantendo e promovendo a agro-biodiversidade e a correspondente produção de alimentos diversificados.
4. Uma nova política agrária que, em vez de apoiar a produção industrial intensiva e as monoculturas, promova a produção biológica e biodiversa.
5. Apoiar a agricultura tradicional e de pequena escala.

## TORNAR A UE NUMA REGIÃO LIVRE DE OGM

A União Europeia possui experiência e conhecimentos que permitem um desenvolvimento agrícola livre de organismos geneticamente modificados (OGM). Deve ainda ser objectivo da UE o combate à produção e venda de alimentos OGM, incluindo seres vivos e os seus subprodutos, nomeadamente carne ou leite provenientes de animais geneticamente modificados ou alimentados com transgénicos.

Parte desse combate passa pela criação de um sistema avançado de rastreabilidade de OGM e correspondente rotulagem de produtos alimentares, incluindo-se aqui os oriundos de fora da UE.

### Propostas

1. A proibição de patentes sobre organismos vivos geneticamente modificados na agricultura e na alimentação.
2. A proibição do uso de OGM na alimentação para bebés.
3. A implementação da rastreabilidade de todos os alimentos em moldes que torne possível ao consumidor ter conhecimento da origem e das formas de produção dos seus alimentos.
4. A obrigação de que todos os produtos alimentares tenham uma rotulagem completa, informativa e simples, para que os consumidores saibam com exactidão o que consomem.
5. A obrigação de informar da presença de OGM nos menus de restaurantes e refeitórios, de modo a que o consumidor possa ter consciência daquilo que tem no prato.

## APOIAR A AGRICULTURA BIOLÓGICA E PROMOTORA DE BIODIVERSIDADE

Somos o que comemos. Por isso, é fundamental apoiar e promover a produção de alimentos de qualidade, biológicos, livres de contaminação química para o consumidor, para os produtores e para os ecossistemas relacionados com os locais de produção, por oposição ao que normalmente existe na agricultura convencional.

Além de defender a agricultura biológica, o PAN propõe que ela seja também ecológica, isto é, promotora de biodiversidade e energeticamente sustentável. Defende ainda incentivos ao consumo de alimentos biológicos produzidos localmente, através da redução de taxas e impostos sobre eles incidentes e do incentivo ao empreendedorismo nesse sector.

### Propostas

1. Entender a produção de alimentos como um sector chave e promover uma agricultura que garanta a biodiversidade e manutenção de um mundo rural vivo.
2. Proporcionar informação aos cidadãos no que respeita à forma como se produzem alimentos (vegetais e animais).
3. Estimular a qualificação de técnicos e a promoção da investigação neste campo.
4. Incremento das subvenções e apoios com discriminação positiva para a Agricultura Biológica, e em particular para a que se destina aos mercados locais.

## GERIR A ÁGUA ENQUANTO BEM PÚBLICO

No âmbito da UE exige-se que se consagre em legislação para o efeito o direito à água e ao saneamento, conforme reconhecido pela ONU, possibilitando o seu acesso em boas condições a toda a população, independentemente da sua capacidade financeira, o que só poderá ser conseguido se houver declaração clara e inequivocamente explícita, em letra de lei, de que não ocorrerá a liberalização dos serviços públicos.

Estes serviços devem pugnar também por uma gestão mais eficiente da água, através da melhoria dos sistemas de abastecimento doméstico e da adopção de estratégias que reduzam o desperdício e protejam, a longo prazo, os recursos hídricos disponíveis. Deve ainda salvaguardar a qualidade ambiental da água ao longo de todo o seu ciclo preservando todos os ecossistemas aquáticos desde as nascentes até aos oceanos.

### Propostas

1. Desenvolver as bases para uma nova cultura da água na Europa garantindo a qualidade da mesma

nos rios e nos mares em todo o seu ciclo no planeta.

2. A água é um bem essencial à vida e deve ser classificada como sector estratégico quer a nível local, quer a nível da UE.
3. Devem ser criadas as bases para uma nova cultura da água na Europa garantindo a qualidade da mesma nos rios, nos mares e em todo o seu ciclo no planeta.
4. Promover medidas para que vida nos ecossistemas aquáticos seja preservada.
5. Considerando o fraco desempenho ambiental e a gestão das empresas privadas de gestão de água baseada apenas na obtenção de lucro, a UE deverá promover uma política de gestão da água baseada em unidades públicas e de âmbito local.

## **COMBATER O DESPERDÍCIO E REDUZIR A PRODUÇÃO E OS RESÍDUOS**

Iniciar, a nível europeu, um programa abrangente de combate ao desperdício, sob todas as formas, através de uma promoção mais activa da política dos 4R – Reduzir o consumo, Reutilizar e Restaurar os bens e Reciclar materiais, como o papel, o vidro ou o plástico, passíveis de entrarem de novo na cadeia produtiva para dar origem a novos produtos.

Difundir e apoiar a criação de grupos locais assentes em modelos económicos ambientalmente mais sustentáveis, como a economia da dádiva ou a economia de troca, que têm vindo a ressurgir na sociedade civil, aproveitando as capacidades das novas tecnologias.

## **LIXO MARINHO**

O lixo marinho é a face mais visível do problema da nossa falta de gestão de resíduos. As ilhas de plástico nos oceanos, os animais marinhos que morrem por ingestão de plástico e o lixo que chega às nossas costas, são indicadores de procedimentos errados que importa inverter de modo a que possamos manter os oceanos enquanto garante de vida no mar e em terra.

## **Propostas**

1. Impedir que o lixo e outros resíduos sejam directamente enviados ao mar por embarcações diversas e por navios de cruzeiro.
2. Aumento da eficácia do tratamento de resíduos nos territórios junto à costa e adjacentes aos rios.
3. Delineamento de estratégias para limpeza dos rios e dos oceanos.

## **IMPLEMENTAR MEDIDAS DE GESTÃO MAIS EFICAZ DE RESÍDUOS**

De modo a preservar a qualidade dos solos, evitar o massivo desperdício de recursos neste sistema de produção, distribuição e consumo linear e, em última instância, evitar problemas de saúde pública, o PAN propõe:

## **Propostas**

1. Alteração da política das embalagens e do uso de sacos de plástico.
2. Nova política de combate ao desperdício de produtos alimentares.
3. Promover a disciplina de Saúde Ambiental/Poluição.
4. Estabelecer políticas integrais de produção e consumo que tenham como prioridade a redução do uso de recursos e uma ainda maior redução de resíduos.
5. Adoptar medidas para uma gestão racional dos produtos químicos e de resíduos perigosos.

## **POLÍTICA ENERGÉTICA**

### **APOSTAR NA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA**

Em termos energéticos, um dos nossos maiores desafios é o da eficiência. É preciso usar menos energia e usá-la melhor para manter padrões elevados de qualidade de vida num contexto de aumento dos preços da energia. É preciso apoiar e promover tecnologias energeticamente mais eficientes, tanto para o sector industrial como para o público e para o doméstico (aquecimento, arrefecimento, transportes, iluminação). A UE deve impor metas ambiciosas no que refere à redução do consumo de energia.

## Propostas

1. Aumento das metas de eficiência energética para 2020, e estabelecimento de novas metas para 2030 com carácter obrigatório para todos os Estados-Membros através do estabelecimento de planos nacionais.
2. Estudo de formas de redução do consumo de energia, considerando os dados actuais da sua disponibilidade a nível internacional, e de diminuição dos transportes de pessoas e de bens alimentares e não alimentares.
3. O abandono progressivo do uso de nuclear e a redução da dependência dos combustíveis fósseis com aumento do uso de energia a partir de fontes renováveis, e destas escolhidas as com maior sustentabilidade ambiental.
4. Contabilização do consumo energético dos produtos importados.

## NUCLEAR NÃO, OBRIGADO!

Fukushima é o último dos exemplos que nos mostra o perigo desta tecnologia em caso de catástrofes naturais, ainda mais com as fortes probabilidades destas se tornarem mais frequentes nos próximos anos. Pesa ainda os investimentos elevados e o facto de o urânio ser um recurso finito que a Europa precisará de importar a partir de regiões altamente instáveis.

É competência exclusiva dos Estados-Membros decidirem utilizar ou não a energia nuclear e, por outro lado, o Parlamento tem apenas poder de consulta no processo de tomada de decisões ao abrigo do Tratado Euratom. Deixar a segurança nuclear nas mãos dos Estados-Membros deixou de ser sustentável ou confiável. Uma supervisão comum daria credibilidade aos promotores da energia atómica, ao limitar a influência política dos gigantes da energia e reduzindo a desconfiança mútua.

O PAN defende ainda uma intervenção urgente em relação ao perigo de destruição do reactor 4 na central nuclear de Fukushima Daichii. Deverá ser urgentemente solicitada à ONU a criação de um painel de especialistas internacionais para evitar uma hecatombe ecológica e social. Este problema é uma prioridade mundial, na qual a Europa deve investir com recursos intelectuais, técnicos e monetários.

## Propostas

1. Abandono progressivo da Energia Nuclear promovendo, em contrapartida, medidas intermédias de prevenção e de fiscalização e aumentando os requisitos de segurança em vigor.
2. Adopção de um controlo europeu da energia nuclear na Europa, limitando a influência política dos gigantes da produção de energia e dando mais credibilidade aos promotores da energia atómica.
3. Aumentar os requisitos de segurança e de protecção ambiental das centrais nucleares.

## RENOVÁVEIS SIM, MAS COM CAUTELA!

O PAN propõe que se continue a investir em energias renováveis, como a solar, a eólica ou a geotérmica, mas com as devidas precauções e com uma postura crítica e atenta às grandes empresas do sector. O exemplo português do Vale do Tua é elucidativo de como o negócio da energia não se coíbe de invocar argumentos falsos e de se afirmar amigo do ambiente enquanto comete verdadeiros atentados ao património comum, natural e histórico.

## Propostas

1. Aumentar a produção de energia eléctrica a partir de energias renováveis, nomeadamente com a instalação de aerogeradores no mar.
2. Promoção da eficácia energética através do incentivo ao uso de sistemas passivos de climatização e da energia térmica solar.
3. Promoção da autonomia energética de aldeias, vilas e regiões através do uso de recursos renováveis locais (energia solar na planície alentejana, energia geotérmica em regiões vulcânicas como os Açores ou energia das ondas ou maremotriz na orla costeira).
4. Incentivo à investigação neste campo.

## A BIODIVERSIDADE COMO BASE DA VIDA

A biosfera (parte viva do planeta) funciona como uma máquina extremamente complexa em que cada uma das suas milhares de peças é indispensável ao perfeito

funcionamento do planeta. Cada espécie é assim fundamental para os restantes seres vivos, e cada vez mais encontramos uma relação directa entre a biodiversidade e existência de condições para a vida humana.

## PARAR A DIMINUIÇÃO DA BIODIVERSIDADE NA EUROPA E NO MUNDO

A perda de determinadas espécies tem efeitos que persistem no ecossistema, por vezes com um efeito de cascata noutras espécies.

### Propostas

1. Estabelecer como meta para 2020 um travão na perda de biodiversidade a nível europeu.
2. Acções para a manutenção dos ecossistemas naturais na Europa e no mundo.
3. Protecção de espécies mais sensíveis.
4. Conseguir aumentar a saúde dos oceanos, florestas mais sustentáveis e condições para a manutenção da vida selvagem, mesmo próximas de locais urbanos.
5. Valorização dos serviços prestados pelos ecossistemas e incorporação desse valor nas políticas públicas.
6. Parar a deflorestação e a redução de florestas autóctones a nível europeu e a nível planetário, gerindo as importações de madeiras de outros pontos do globo.
7. Informação dos cidadãos no que respeita à forma como se gere o território e como são salvaguardadas as condições de vida de todos os seres vivos nos seus ecossistemas.

## ESTUDOS DE IMPACTO AMBIENTAL EM MEIO MARINHO

Situações como a da exploração petrolífera ao largo do Algarve, que irá ter início em breve e não foi sujeita a qualquer análise prévia devido à ausência de legislação, não podem continuar a ocorrer.

### Propostas

1. Alteração da legislação comunitária com vista à obrigatoriedade dos estudos de impacto ambiental em meio marinho.

## OUTRAS ACTUAÇÕES TRANSVERSAIS

### INFORMAÇÃO E FORMAÇÃO DOS CIDADÃOS

Devem ser estabelecidas políticas a nível europeu capazes de aumentar significativamente o papel dos cidadãos na participação e decisão relativa às questões ambientais, nomeadamente às que se relacionem com projectos que impliquem um elevado grau de irreversibilidade na forma como se utiliza o espaço natural.

### Propostas

1. Garantir o direito à informação, participação e acesso à justiça para os cidadãos europeus.
2. Turismo com critérios de sustentabilidade mais rigorosos, respeitando o ambiente natural dos locais visitados e indo ao encontro e fomentando a procura de turistas ambientalmente mais conscientes.

### ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO AMBIENTE

Fazer com que a Europa promova a criação de uma Organização Mundial do Ambiente, capaz de estudar os efeitos e as interações das políticas ambientais de diferentes países do mundo.

### AMBIENTE E SAÚDE HUMANA

Limitar a contaminação do ar a níveis adequados com as recomendações para a saúde humana.

### APOIOS DA UE

Impedir as subvenções e apoios da UE para actividades com elevado impacto no ambiente e nas populações e impor medidas de fiscalização com vista à sustentabilidade do planeta.

### TRATADOS INTERNACIONAIS

Levar a UE a impedir qualquer tratado de comércio livre que fragilize as normas de protecção ambiental e social, assim como a assinatura de acordos comerciais com países que violem o direito internacional nestas áreas.

Colocar a justiça ambiental e social na base das políticas comerciais com vista a que estas possam efectivamente reduzir a pobreza, a desigualdade e a crise ambiental global.



Sede Nacional · Rua Anchieta, nº5 – 4.º esq · 1200-023 LISBOA - PORTUGAL  
Tel. (+351) 21 342 62 26 . (+351) 96 995 41 84 | geral@pan.com.pt  
www.pan.com.pt | NIPC: 509 779 662